



**SENHOR PRESIDENTE;
SENHORES VEREADORES:**

REQUERIMENTO Nº

316/19

Fui procurada por uma munícipe que tem encontrado dificuldade em obter informações sobre um processo de responsabilidade do Instituto de Previdência Municipal de Praia Grande, e informa também que o Instituto tem cobrado valores abusivos para realização de cópias de processo, bem como abertura de processo para solicitar informações.

O referido processo (anexo) vem desde maio e trata de pedido de pensão por morte, onde a munícipe representa 2 adolescentes, sendo que um deles necessita de acompanhamento médico.

Desta forma, é que **REQUEIRO** à Mesa depois de ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício a **Superintendente do IPMPG Regina Mainente**, para que responda os seguintes questionamentos:

- 1) Por qual motivo está sendo negado o direito de acesso ao processo?
- 2) Qual a base legal utilizada para as exigências observadas pelo departamento jurídico do Instituto frente aos pedidos da requerente?
- 3) Qual o dispositivo legal utilizado para sustentar a cobrança abusiva de R\$1,50 (um real e cinquenta centavos) por cada folha a ser copiada do processo administrativo?

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 24 de setembro de 2019.


**JANAINA BALLARIS
VEREADORA**